

# OPERAÇÕES EM TERRAS INDÍGENAS

## 1. MINERAÇÃO

ANO/MÊS	UF	OPERACAO	TERRA INDÍGENA	MANDADO BUSCA (Nº)	MANDADO PRISÃO (Nº)	OUTROS
2015/05	RR	<a href="#">WARARI KOXI</a>	Yanomami			313
2016/03	PA	<a href="#">DAKJI</a>	Zo'É	3	1	2
2016/07	PA	<a href="#">MUIRAQUITÃ</a>	Kayapó	14	11	
2017/04	RR	<a href="#">CUARETINGA</a>	Yanomami			
2017/07	RR	<a href="#">CURARE VIII</a>	Yanomami			
2018/10	PA	<a href="#">OURO DE SANGUE</a>	Kayapó	9		
2019/06	MT	<a href="#">LAVRA ILEGAL</a>	Sararé e Paukalirajausu			
2019/10	PA	<a href="#">AZOUGUE</a>	Apyterewa			
2019/11	RO	<a href="#">TI SETE DE SETEMBRO</a>	Sete de Setembro			
2019/12	RR	<a href="#">K'DAAI MAQSIN</a>		20	10	
2020/02	PA	<a href="#">MILHAS DE OURO</a>	Kayapó		2	
2020/05	MT	<a href="#">ALFEU</a>	Sararé	7	6	

## 2. DESMATAMENTO

ANO/MÊS	UF	OPERAÇÃO	TERRA INDÍGENA	MANDADO PRISÃO (Nº)	MANDADO BUSCA (Nº)	OUTROS (Nº)
2016/07	RO	<a href="#">PLANO VIRTUAL</a>				24
2016/10	MG	<a href="#">PARA O CRIME NÃO HÁ TUTELA</a>	Xacriabá		6	16
2017/05	MT	<a href="#">GENERAL</a>	Cabeceira da Pedra		6	5
2017/05	MT	<a href="#">NAMBIKUARA</a>	Nambikuara	9	16	
2017/08	PA	<a href="#">TEMBÉ</a>	Alto Rio Guamá		6	
2017/09	RO	<a href="#">WARÃ</a>	Zoró, Sete de Setembro e Igarapé Lourdes		11	
2018/08	PA	<a href="#">TENETEHARA</a>	Alto Rio Guamá	4	5	
2018/11	PA	<a href="#">TEMBÉ II</a>	Alto do Rio Guamá	10	11	13
2019/06	RO	<a href="#">SOS KARIPUNA</a>	Karipuna	9	15	22
2019/08	RO	<a href="#">SOS KARIPUNA II</a>	Karipuna	4	13	
2019/12	MT	<a href="#">YBYRÁ</a>	Sararé	12	13	
2019/12	MT	<a href="#">TI SARARÉ</a>	Sararé	12	13	
2020/06	RO	<a href="#">NINAMETSA</a>	Kaxararí		15	15

## **OPERAÇÃO WARARI KOXI**

07/05/2015. PF combate extração ilegal de pedras preciosas em terra Yanomami

Boa Vista/RR - A Polícia Federal, em ação conjunta com o IBAMA e com a Polícia Militar do estado de Roraima, deflagrou, na madrugada desta quinta-feira (07), a Operação Warari Koxi com o objetivo de combater e desarticular organização criminosa que agia na extração ilegal de ouro e pedras preciosas nas terras da reserva Yanomami, provocando considerável degradação ambiental. Os prejuízos estão estimados em R\$ 17 milhões mensais, além dos prejuízos ambientais.

Cerca de 150 policiais federais, de várias regiões do país, deram cumprimento simultâneo a cerca de 313 medidas judiciais nos estados de Roraima, Amazonas, Rondônia, Pará e São Paulo.

A organização criminosa é formada por empresários, funcionários públicos, donos de garimpos, joalheiros e até pilotos de avião, responsáveis pela implantação de garimpos de ouro, minerais de uso industrial e outras pedras preciosas em reserva Yanomami na região de Boqueirão e Uraricoera, extremo norte do estado de Roraima.

Chamou atenção dos investigadores o montante do prejuízo econômico para a União e a voracidade com que o ecossistema vinha sendo degradado pela atividade extrativista, que polui os rios com mercúrio e outros metais pesados, além da consequente destruição da fauna e da flora da reserva e da cultura yanomami.

Estima-se que são retirados de forma ilegal das áreas de garimpo em torno de 160 kg de ouro mensalmente, o que totaliza a sonegação de aproximadamente R\$ 17 milhões mensais. Acredita-se que os financiadores do crime utilizam o ouro ilegal como ativo financeiro para lavagem do dinheiro proveniente de outras atividades ilícitas, cujas movimentações atípicas alcançam valor aproximado de R\$ 1 bilhão.

Os crimes investigados são os de associação criminosa, extração de recursos naturais de forma ilegal, uso indiscriminado de mercúrio, usurpação de patrimônio da União, receptação de bens provenientes de crime, corrupção passiva, violação de sigilo funcional, contrabando, lavagem de dinheiro, e operar instituição financeira sem a devida autorização do Banco Central.

<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2015/05/pf-combate-extracao-ilegal-de-pedras-preciosas-em-roraima>

## **OPERAÇÃO DAKJI**

31/03/2016 - Operação Dakji reprime garimpos clandestinos no entorno de terras indígenas

Santarém/PA - A Polícia Federal deflagrou hoje (31), em conjunto com o MPF, FUNAI, IBAMA e DSEI (Departamento de Saúde Especial Indígena), a Operação DAKJI que tem como objetivo reprimir atividade clandestina de garimpo no entorno da Terra Indígena Zo'ê, situada no município de Óbidos/PA.

Foram cumpridos três mandados de busca e apreensão, duas conduções coercitivas e uma prisão temporária, nos municípios de Santarém/PA e Itaituba/PA, expedidos pelo juiz titular da 2ª Vara da Justiça Federal em Santarém/PA em desfavor de pessoas envolvidas com atividade garimpeira nas proximidades da área indígena.

Durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão em Santarém/PA, foram apreendidas diversas armas de fogo, acessórios e munições, o que gerou duas prisões em flagrante por posse ilegal de arma de fogo.

A operação conta também com incursões em garimpos existentes no entorno da Terra Indígena Zo'ê realizadas com apoio de dois helicópteros e um avião da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal – CAOP.

Até o momento, foram presos três garimpeiros em flagrante delito por crime ambiental e foram destruídas três motobombas pelo IBAMA, equipamentos utilizados para extração ilegal de minérios. A operação ainda está em andamento, com possibilidades de novas prisões e outras medidas a serem adotadas pela Polícia Federal e IBAMA.

“DAKJI”, nome da operação, significa “sem medo” na língua Zo'ê e faz referência à constatação de que a atividade ilegal ora reprimida estava causando, além de impactos ambientais, bastante temor nos indígenas, poluição dos rios, prejuízos à cultura indígena, transmissão de doenças e fundado receio da prática de violência contra este povo indígena que são conhecidos como um dos povos mais isolados e preservados da Amazônia.

## OPERAÇÃO MUIRAQUITÃ

07/07/2016 - PF desarticula garimpo ilegal em aldeia indígena do Pará

Belém/PA – A Polícia Federal deflagrou hoje (7/7) a Operação Muiraquitã, no município de Ourilândia do Norte, sul do Pará. A ação visou desarticular um esquema criminoso de garimpo e comercialização ilegal de ouro extraído do interior da Terra Indígena Kayapó.

Aproximadamente 70 policiais federais participam da Operação. Eles dão cumprimento a 11 mandados de prisão preventiva, a 14 mandados de busca e apreensão e a 3 mandados de condução coercitiva, expedidos pela Justiça Federal de Redenção/PA. Além de Redenção/PA e Ourilândia do Norte/PA, estão sendo executados mandados nas cidades de Porto Nacional/TO e São José do Rio Preto/SP.

As investigações a respeito da exploração ilegal do ouro na Terra Indígena Kayapó iniciaram-se no final de 2015. Em sobrevoo da área, realizado em março deste ano pela FUNAI e Polícia Federal, verificou-se que o coração da atividade garimpeira na região Sul do Pará, atualmente, é realizada no garimpo da Aldeia Turedjan, em Ourilândia do Norte. Foram identificadas cerca de 40 pás-carregadeiras posicionadas em diversos pontos de garimpos, situados num raio de aproximadamente 10 Km, o que demonstrava o ritmo da atividade extrativista ilegal na região.

A reserva indígena se tornou o destino de centenas de garimpeiros clandestinos. Conforme estimativas dos servidores da FUNAI, são extraídos 20 kg de ouro por semana do local, o que pode representar movimentação mensal de R\$ 8 milhões, considerado o valor do grama do ouro no “mercado paralelo”.

O fluxo de pessoas nessa região resultou em conflitos entre os garimpeiros, que disputavam uma mesma área, gerando um clima tenso, onde ameaças de morte eram uma constante. Alguns indígenas participavam diretamente da atividade criminosa, e, em alguns casos, eram responsáveis por decidir os conflitos entre garimpeiros, delimitando a área que cada um poderia explorar. O avanço da atividade garimpeira também gerava graves crises entre tribos diversas que ocupam reservas limítrofes na região.

As investigações apontaram para o envolvimento de indígenas da própria Aldeia Turedjan, que compactuavam e lucravam com a atividade garimpeira clandestina, bem como comerciantes de ouro da região. Estes atuavam como receptadores do minério extraído ilegalmente, repassando-o para os estados do Tocantins e São Paulo, de onde era distribuído para o resto do país.

Os danos ambientais causados pela atividade clandestina de mineração são muitos. Os mais recorrentes são desvio do curso de rios, desmonte hidráulico (no caso de garimpagem mecânica), aterramento de rios e contaminação do solo, ar e águas através de metais pesados, principalmente o mercúrio. A paisagem de locais onde existem ou já existiram garimpo é modificada. Vegetações são extintas e animais fogem ou morrem por causa da contaminação causada.

Até o momento, ficou demonstrada que os investigados incidiram na prática dos crimes de usurpação de bem da União (art. 2º da Lei nº 8.176/91), extração de recursos minerais sem autorização (art. 55 da Lei nº 9.605/98), diversos outros crimes ambientais (arts. 38, 44 e 54 da Lei nº 9.605/98), Receptação qualificada (art. 180, §1º, do CP) e Associação Criminosa (art. 288 do CP).

Com a busca e apreensão de documentos, em complemento às declarações dos envolvidos, pretende-se aprofundar as investigações, no sentido de identificar outros participantes do esquema criminoso. Serão averiguados a extensão dos danos ambientais causados e a prática do crime de lavagem de capitais (art. 1º da Lei 9.613/98) pelos comerciantes de ouro, que auferiam lucros altíssimos com a atividade criminosa.

\*Nome da operação : “Muiraquitãs” eram objetos utilizados por povos indígenas como amuletos, símbolos de poder ou, ainda, como material para compra e troca de artefatos valiosos.

Comunicação Social da Polícia Federal no Pará

Telefone: (91)3214 8029

cs.srpa@dpf.gov.br

## **OPERAÇÃO CUARETINGA**

13/04/2017 - Operação Curaretinga combate garimpo ilegal de ouro na terra indígena Yanomami, em RR

Brasília (13/04/2017) – O Ibama, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Polícia Federal (PF) e o Exército Brasileiro realizaram operação de combate ao garimpo ilegal de ouro na Terra Indígena (TI) Yanomami, em Roraima, que resultou na destruição de 20 acampamentos e na apreensão de quatro balsas, uma voadeira, 6 motores, 5 geradores, 1 telefone satelital e 200 metros de mangueira para garimpo. Três garimpeiros foram detidos e encaminhados para interrogatório na PF.

O uso de balsas com motores e dragas vem causando acelerada degradação no leito do rio Uraricoera. Além dos danos ambientais diretos, causados pelo revolvimento da areia e do material mineral natural do leito dos rios e barrancos, trechos de mata nativa são destruídos com a finalidade de abrir novas frentes de prospecção para a lavra ilegal. O mercúrio metálico, usado para separar o ouro de outros minerais, é carregado para os corpos hídricos e resulta na contaminação de toda a cadeia alimentar.

O objetivo da Operação Curaretinga é desestruturar a logística do garimpo com a apreensão e a inutilização de equipamentos usados na lavra, como balsas, motores, dragas e mangueiras, além de materiais de suporte como combustíveis, botijas de gás, geradores, motores de popa e voadeiras.

Uma equipe formada por policiais militares e servidores da Funai permanecerá na região para impedir o retorno de garimpeiros pelo rio Uraricoera.

Em abril de 2016, Ibama e Funai realizaram operação de combate à exploração ilegal de ouro na TI Yanomami que resultou na destruição de 20 balsas, 11 acampamentos e 6 motobombas. A TI Yanomami é a maior do Brasil, com 9,6 milhões de hectares nos estados de Roraima e Amazonas.

Durante a Operação Curaretinga, uma ação paralela de combate à extração ilegal de madeira foi realizada nas proximidades da Terra Indígena Waimiri-Atroari, no sul do estado. Agentes ambientais do Ibama identificaram corte raso, comercialização e estoque de madeira sem Documento de Origem Federal (DOF), além da extração irregular de minério na TI Yanomami, resultando na aplicação de R\$ 1,3 milhão em multas. Também foram apreendidos 39,74 metros cúbicos de madeira serrada e 3.359,50 metros cúbicos de madeira em toras de diversas espécies.

Assessoria de Comunicação do Ibama

[imprensa@ibama.gov.br](mailto:imprensa@ibama.gov.br)

(61) 3316-1015

[https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/copy\\_of\\_noticias/noticias-2017/operacao-curaretinga-combate-garimpo-ilegal-de-ouro-na-terra-indigena-yanomami-em-rr](https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/copy_of_noticias/noticias-2017/operacao-curaretinga-combate-garimpo-ilegal-de-ouro-na-terra-indigena-yanomami-em-rr)

## **OPERAÇÃO CURARE VIII**

12/07/2017 - No dia 12 de julho a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) deu término a Operação Curare VIII. A referida operação que foi deflagrada no dia 24 de junho do corrente ano ocorreu em todo arco fronteiriço do Estado de Roraima e as ações estão amparadas nas Leis Complementares 97/1999, 117/2004 e 136/2010.

Ao longo da operação foram realizados patrulhamentos da faixa de fronteira, bloqueios nas estradas, patrulhamento e bloqueio nos rios do Estado, bem como a proteção do meio ambiente através da coação a ilícitos ambientais e promover saúde às comunidades indígenas, por meio de Ações Cívico Sociais (ACISO).

Destacam-se como resultados mais significativos e tangíveis a apreensão ou inutilização de material de garimpagem ilegal no interior da Terra Indígena Yanomami (TIY), apreensões diversas nas rodovias roraimenses, bem como a presença do Estado Brasileiro nas regiões mais ermas do País. Além do combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais a 1ª Bda Inf SI levou a mão amiga as comunidades da faixa de fronteira roraimense através de Ação Cívico Social (ACISO), realizando centenas de atendimentos médicos e odontológicos.

Participaram em parceria na referida operação a Força Aérea Brasileira (FAB), Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF), Receita federal do Brasil (RFB), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Ministério Público Estadual (MPE), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Agência Brasileira de inteligência (ABIN), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Polícia Militar do Estado de Roraima (PMRR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Secretaria de Saúde do Estado de Roraima (SESAU) e Secretaria de Educação do Estado de Roraima (SEED).

Fonte: 1ª Bda Inf S1

<http://www.1bdainfsl.eb.mil.br/mais-noticias/termino-e-balanco-da-operacao-curare-viii.html>

## **OPERAÇÃO OURO DE SANGUE**

25/10/2018 - Polícia Federal deflagra operação para combater comércio ilegal de ouro no Pará

A Operação Ouro de Sangue da Polícia Federal esteve nas ruas das cidades paraenses de Redenção, Ourilândia e Tucumã, nesta quinta-feira (25), para coibir o comércio ilegal de ouro.

Os agentes cumpriram nove mandados de busca e apreensão em pontos ilegais de venda do minério. A meta principal é desarticular toda a cadeia de ilegalidades do ouro extraído de aldeias indígenas no Pará. O esquema envolve garimpos clandestinos, compradores de vários estados e até de outros países.

A Operação Ouro de Sangue surgiu a partir das informações coletadas durante outra operação da Polícia Federal: a Muiraquitã, que ocorreu dentro da Terra Indígena Kayapó. Esses dados levaram à identificação de locais de comercialização ilegal do minério, que atuam sem autorização do Banco Central.

Segundo a Polícia Federal, o garimpo ilegal na região já devastou mais de quatro mil campos de futebol de mata nativa. Também poluiu rios pequenos da bacia do Rio Xingu com metais pesados e outras substâncias.

De acordo com peritos federais, existem pontos da Terra Indígena Kayapó com desmatamentos provocados pelo garimpo, em ambas as margens do rio, que chegam a medir 22 km.

<https://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2018-10/policia-federal-deflagra-operacao-para-combater-comercio-ilegal-de-ouro-no-para>

## **OPERAÇÃO LAVRA ILEGAL**

12/06/2019 - Operação Lavra Ilegal desarticula focos de extração ilegal de minérios e madeira no Mato Grosso

As equipes, lideradas pela Funai, deflagraram a operação nas TIs Sararé e Paukalirajausu.

A Funai, em parceria com o Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Mato Grosso, deflagrou a operação Lavra Ilegal nas Terras Indígenas (TI) Sararé e Paukalirajausu, habitadas pelos Nambikwara, na fronteira oeste do Mato Grosso. Após denúncias e ações de inteligência e monitoramento que identificaram atividade garimpeira na região, a Funai solicitou cooperação imediata das instituições em prol do combate e repressão de ilícitos, durante a última semana de maio.

As equipes promoveram a ação durante três dias, com base nas informações provenientes da atuação constante da Coordenação Regional de Cuiabá e da Coordenação Técnica Local em Pontes e Lacerda e das fiscalizações na região, ocorridas durante o ano de 2018 e em fevereiro de 2019, com apoio das mesmas instituições parceiras.

A cooperação e compartilhamento de informações entre os órgãos envolvidos oportunizaram o desenvolvimento de estratégias que foram decisivas para o sucesso da missão. As equipes desarticularam dois pontos de garimpo ilegal onde foram encontrados acampamentos com roupas, alimentos, agentes químicos, tipo mercúrio, para lavra ilegal, materiais e ferramentas diversos da atividade garimpeira. No total, uma máquina retroescavadeira, quatro motores e um motor gerador foram apreendidos e inutilizados juntamente aos acampamentos. Os alimentos e utensílios domésticos foram destinados às comunidades indígenas Nambikwara.

Além dos dois garimpos, as equipes desarticularam áreas de extração ilegal de madeira. Identificados e percorridos vários carregadores, ramais e trilhas ilegalmente abertas na mata a fim de facilitar a atividade ilegal de extração de madeira, foram encontradas diversas espécies de árvores derrubadas - garapeira, peroba rosa, cabreúva e mogno - com serragem em forma de lascas e réguas, o que sugere a extração ilegal para fins de comercialização. Um caminhão com motosserra, combustível e materiais diversos foi encontrado ainda com a chave na ignição, sugerindo que o indivíduo se evadiu ao encontrar as equipes. O veículo foi apreendido.

De acordo com André Rodrigues, coordenador técnico local em Pontes e Lacerda, a missão mostrou-se eficiente por atingir todos os objetivos propostos. "Apesar de, nessa operação, não ter havido prisão de indivíduos atuantes nas atividades ilegais, a desarticulação de pontos focais de ilícitos aponta para maior presença do Estado na área, fazendo-se comprometido em proteger as comunidades e Terras Indígenas, por meio das instituições competentes para tal e as ações permanentes na região", declarou o coordenador.

<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5495-operacao-lavra-ilegal-desarticula-focos-de-extracao-ilegal-de-minerios-e-madeira-no-mato-grosso>

## **OPERAÇÃO AZOUGUE**

25/10/2019 - Operação Azogue combate extração ilegal de minérios em terra indígena

O garimpo está localizado no meio da Floresta Amazônica

Publicado: 25/10/2019 16h00

Redenção/PA - A Polícia Federal, com apoio de servidores do IBAMA e de Policiais Militares, deflagrou no sábado (25/10) uma operação policial de combate à delitos ambientais e extração ilegal de minérios em um garimpo de ouro situado no interior da Terra Indígena Apyterewa, município de São Félix do Xingu/PA.

O garimpo, de nome Pista 2, que possui aproximadamente 1 milhão de metros quadrados de extensão, situado no meio da Floresta Amazônica, teve suas atividades paralisadas e máquinas inutilizadas. Foram inutilizadas sete pás carregadeiras, um trator de rodas e dez conjuntos de motores-bombas, principais instrumentos utilizados na atividade ilícita, além de diversos outros equipamentos menores. Mercúrio, algumas gramas de ouro, munições de diversos calibres e outros apetrechos usados na atividade foram apreendidos.

A operação contou com o acompanhamento do Procurador da República de Redenção/PA, que, junto com outros quatro servidores do MPF, puderam constatar in loco o tamanho da degradação ao meio ambiente e o impacto ambiental causado pela atividade ilegal.

Ninguém foi preso, pois, com a aproximação da polícia, os infratores evadiram-se para o interior da floresta, mas, a partir dos dados colhidos (documentos de identidade, cadernos de anotações e outros documentos deixados para trás na fuga), foi possível identificar diversos trabalhadores e o dono da atividade de mineração ilícita, que serão responsabilizados por crimes ambientais e de extração ilegal de minérios em inquérito policial.

Participaram da operação oito policiais federais, seis policiais militares, três servidores do IBAMA e cinco integrantes do MPF de Redenção/PA.

Comunicação Social da Polícia Federal em Redenção

Contato: (94) 3424-9800

<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/10/operacao-azogue-combate-extracao-ilegal-de-minerios-em-terra-indigena>

## **OPERAÇÃO NA TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO**

07/11/2019 - PF combate atividade ilegal de garimpo em Rondônia

Ações ocorreram na Terra Indígena Sete de Setembro

Publicado: 07/11/2019 14h06

Vilhena/RO - No início desta semana, dando continuidade às constantes ações da Polícia Federal em combate a crimes ambientais em Rondônia, foi deflagrada operação na Terra Indígena Sete de Setembro para combater atividade ilegal de garimpo.

Nesta ação, foram destruídas duas pás-carregadeiras e, aproximadamente, 15 motores responsáveis pela drenagem dos dejetos. Além disso, vários acampamentos também foram destruídos.

A Polícia Federal contou com apoio de servidores especializados do IBAMA, que também forneceu helicópteros para auxiliar no transporte dos policiais.

Comunicação Social da Polícia Federal em Rondônia/RO

Contato (69) 3216-6242

<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/11/pf-combate-atividade-ilegal-de-garimpo-em-rondonia>

## **OPERAÇÃO K'DAAI MAQSIN**

13/12/2019 - PF mira grupo suspeito de fabricação e tráfico de armas para facções e garimpos ilegais em RR

Operação cumpre 10 mandados de prisão e 20 de busca e apreensão em Roraima e no Amazonas. Investigação descobriu galpão usado para produzir armas em Boa Vista; grupo também atuava na exploração de ouro em terras indígenas.

A Polícia Federal faz nesta sexta-feira (13) em Roraima e no Amazonas uma operação que mira uma quadrilha suspeita de fabricar e traficar armas para abastecer garimpos ilegais e facções criminosas. Na operação, batizada K'daai Maqsin, mais de 80 policiais federais cumprem 10 mandados de prisão preventiva e 20 de busca e apreensão nas cidades de Boa Vista e Uiramutã, em Roraima, e Manaus, capital do Amazonas.

Além de fornecer armas a facções criminosas e garimpeiros, os chefes do grupo também operavam diretamente na exploração ilegal de ouro em terras indígenas, detalhou a PF.

Em 2018, Roraima registrou a maior taxa de homicídios do país, índice que é principalmente relacionado ao avanço e à disputa entre facções que operam no tráfico de drogas no estado. Logo no começo das investigações, a polícia descobriu em Boa Vista um galpão que era usado como oficina para a fabricação e comercialização de armas de fogo e munições de forma irregular.

"Com o avanço da apuração, a PF identificou uma rede de armeiros irregulares que estariam operando no estado, inclusive contando com o apoio de um estabelecimento comercial familiar que operaria com aparente legalidade", detalhou a PF.

Na semana passada, a PF desarticulou também em Roraima um grupo de contrabandistas de ouro da Venezuela e de garimpos clandestinos no estado. Eles exportavam o minério para a Índia e Emirados Árabes.

Agora, na K'daai Maqsin - nome que faz referência a uma divindade maligna da cultura do povo iacuto que habita uma região próxima à Sibéria - os principais crimes investigados são a participação em associação criminosa ou organização criminosa e o comércio ilegal de armas de fogo.

Ainda segundo a PF, os mandados foram expedidos pela Vara de Entorpecentes e Organizações Criminosas da Justiça Estadual de Roraima. O Ministério Público do Estado e a 1ª Brigada de Infantaria de Selva ajudaram nas investigações.

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/12/13/pf-mira-quadrilha-suspeita-de-fabricar-e-fornecer-armas-a-faccoes-e-garimpos-em-rr.ghtml>

## **OPERAÇÃO MILHAS DE OURO**

20/02/2020 - PF deflagra Operação Milhas de Ouro em Redenção

Aeronave avaliada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) foi apreendida, o piloto foi preso, e o passageiro menor de idade que estava com ele foi apreendido.

Redenção/PA - A Polícia Federal deflagrou no final da manhã de hoje, quinta-feira (20), a Operação Milhas de Ouro, em Redenção do Pará, com objetivo de coibir o transporte ilegal de ouro retirado de garimpos ilícitos situados dentro da Terra Indígena Kayapó, no município de Cumaru, nordeste paraense.

Após levantamentos realizados pelos Policiais da delegacia da PF de Redenção, obteve-se a informação de que um avião havia decolado do garimpo denominado "ARARA" e estaria chegando no aeroporto da cidade de Redenção, possivelmente trazendo material ilícito proveniente do citado garimpo.

Uma equipe de policiais fez campanha nas proximidades do aeroporto e confirmou as suspeitas com o pouso do avião com o prefixo previamente identificado. Foi procedida a abordagem ao piloto e ao passageiro da aeronave, o qual é menor de idade, e após procedimento de revista, logrou-se êxito em localizar em poder dos mesmos a quantia total de 71,9 gramas de ouro, avaliado em aproximadamente R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), além de ter sido confirmado que o avião havia decolado do referido garimpo.

O piloto, que estava com o Certificado de Habilitação Técnica vencida, não podendo pilotar qualquer aeronave nessa condição, foi preso em flagrante. Um menor de idade, que portava 04 gramas de ouro, segundo o qual foi recebida em pagamento por seu trabalho no garimpo, foi apreendido e encaminhado para a Polícia Civil de Redenção, para lavratura de procedimento de Ato Infracional.

Um homem que aguardava o pouso da aeronave e que seria o destinatário das 67,9 gramas do ouro que o piloto portava, foi identificado e também recebeu voz de prisão. A aeronave tipo Cessna 182, modelo Skylane, avaliada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) também foi apreendida e permanecerá à disposição da Justiça Federal.

<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2020/02-noticias-de-fevereiro-de-2020/pf-coibe-o-transporte-ilegal-de-ouro-retirado-de-garimpos-ilicitos>

## **OPERAÇÃO ALFEU**

28/05/2020 - Polícia Federal deflagra Operação Alfeu para combater garimpo ilegal em terra indígena

PF investiga associação criminosa que promovia desmatamento e garimpo ilegal no Rio Sararé, em Mato Grosso

Cuiabá/MT - A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quinta-feira (28/5), em Pontes e Lacerda/MT, a operação ALFEU, em cumprimento à decisão judicial da 2ª Vara da Justiça Federal de Cáceres/MT. A operação tem o objetivo de apurar associação criminosa voltada ao desmatamento e garimpo ilegal no Rio Sararé.

A Operação Alfeu faz parte da ação nacional Verde Brasil 2 e conta com a participação de 200 agentes públicos federais, entre eles, policiais federais, militares, agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na ação de hoje, os policiais cumprem seis mandados de prisão e sete mandados de busca e apreensão. Concomitante, a PF realiza a desocupação do garimpo ilegal, em ação integrada com o Exército Brasileiro.

Os instrumentos utilizados na empreitada criminosa serão apreendidos. Estes objetos e demais bens sem valor econômico e impossíveis de serem removidos serão inutilizados, tudo conforme determinado pela Justiça.

A área está localizada na Terra Indígena Sararé, onde as investigações apontam a ocorrência de graves danos ambientais ao rio e à vegetação ciliar. Os levantamentos indicam que as degradações aumentaram intensamente durante a pandemia COVID-19, com a crença dos criminosos de que os agentes públicos não atuariam para combater o crime na região.

Precauções estão sendo adotadas para que os integrantes da associação criminosa não entrem nas aldeias indígenas localizadas próximas à área de extração. O Exército realiza um bloqueio no local, com dezenas de militares impedindo a chegada dos garimpeiros.

Comunicação Social da Polícia Federal em Mato Grosso - Contato: (65) 99284-8987 - E-mail: [cs.srmt@dpf.gov.br](mailto:cs.srmt@dpf.gov.br)

\*\*\* O nome da operação é uma referência ao deus do rio na mitologia grega.

<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2020/05-noticias-de-maio/policia-federal-deflagra-operacao-alfeu-para-combater-garimpo-ilegal-em-terra-indigena>



## **OPERAÇÃO PLANO VIRTUAL**

14/07/2016 - PF deflagra operação para combater crimes ambientais em RO

Vilhena/RO - A Polícia Federal iniciou nesta quinta-feira (14/7) uma nova operação para coibir crimes ambientais no estado. A ação combate a atuação de madeireiros na região de Espigão do Oeste, Ministro Andreazza e Pimenta Bueno, além de Porto Velho.

Cerca de 40 policiais federais dão cumprimento a 24 mandados judiciais, sendo: 2 mandados de prisão preventiva já foram cumpridos, sendo um de um grande madeireiro da cidade de Espigão do Oeste e outro de um indígena também da mesma região; 6 mandados de condução coercitiva; 13 de busca e apreensão na região do Cone Sul do estado; e 3 ordens de interrupção de atividades de empresas madeireiras e Plano de Manejo Florestal Sustentável.

O esquema foi revelado na Operação Plano Virtual. Segundo as investigações, a ação criminosa contava com detentores dos planos de manejo, madeireiros, consultores ambientais, exploradores e transportadores de madeira. Laranjas também teriam sido utilizadas para o esquema.

O grupo se beneficiava de extração ilícita de madeira, que era esquentada por meio de fraudes em planos de manejo. Em geral, essa madeira ilegal provinha de terras indígenas. Os indiciados responderão pelos crimes de furto, receptação, falsidade documental, extração ilegal de madeira, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/07/pf-deflagra-operacao-para-combater-crimes-ambientais-em-ro>

## **OPERAÇÃO PARA O CRIME NÃO HÁ TUTELA**

24/10/2016 12h05 - PF combate extração ilegal de madeira em reservas no Norte de MG

A Polícia Federal realizou na manhã desta segunda-feira (24) a Operação Para o Crime Não há Tutela, de combate à extração, transporte e venda ilegais de madeira. Segundo a PF, o grupo atuava nos municípios de Itacarambi (MG), Januária (MG), Manga (MG) e São João das Missões (MG), principalmente na Reserva Indígena Xacriabá e no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu.

Foram expedidos 22 mandados judiciais, 16 de condução coercitiva e seis de busca e apreensão. De acordo com as investigações, a organização criminosa era formada por indígenas e não indígenas. Entre as espécies que foram extraídas ilegalmente estão a aroeira, pau d'arco e ipê amarelo.

“Para se ter noção do dano ambiental causado por esta atividade delituosa, foram realizados diversos trabalhos pela Polícia Federal, IBAMA e o Instituto Chico Mendes, dos quais resultaram dezenas de autuações, sendo que somente em uma delas foi constatado um desmatamento que resultou na produção de mais de 400 (quatrocentas) peças de aroeira”, afirma a PF.

Segundo a PF, a maior parte das árvores era cortada em forma de toras e arrastada por cavalos e burros para um local onde eram carregadas em caminhões.

“Posteriormente, os caminhões seguem para a cidade de Jaíba/MG, onde a carga de madeira é recoberta por frutas e, na sequência, transportada para o Sul de Minas e Estado de São Paulo. O material lenhoso deixado na região do Norte de Minas é utilizado, predominantemente, na produção de carvão e abastecimento de fornos de cerâmicas”, destaca a PF.

Os investigados responderão por crime de formação de quadrilha e crimes ambientais, podendo ser condenados a pena máxima de 13 anos de prisão.

<http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2016/10/pf-combate-extracao-ilegal-de-madeira-em-reservas-no-norte-de-mg.html>

## **OPERAÇÃO GENERAL**

25/05/2017 - PF desarticula grupo criminoso que extraía madeira de aldeia indígena

Cuiabá/MT – A Polícia Federal deflagrou nesta quinta-feira (25/5) a Operação General, com o objetivo de desarticular um grupo criminoso atuante na extração ilegal de madeira na Aldeia Indígena Cabeceira da Pedra (T.I. Sangradouro) e, em paralelo, responsável pelo desvio de verba pública no município de General Carneiro/MT.

Estão sendo cumpridos seis mandados de busca e apreensão e cinco de condução coercitiva nas cidades de General Carneiro/MT e Primavera do Leste/MT. As ordens foram expedidas pela Justiça Federal de Barra do Garças/MT.

As investigações tiveram início em setembro de 2015, a partir de uma denúncia anônima que apontava extração ilegal de madeira no interior da terra indígena. O ato teria sido praticado pela Prefeitura de General Carneiro para a construção e reforma de pontes no município. A polícia identificou que, paralelamente à extração ilegal de madeira pela prefeitura, foram abertos dois procedimentos licitatórios para reforma/construção das referidas pontes, tendo uma única empresa vencido os dois certames. Os contratos totalizaram cerca de R\$ 331 mil, sendo que este montante incluía cerca de R\$ 110 mil a título de aquisição de madeira, ainda que este material tenha sido fornecido pela própria prefeitura.

As investigações apontam ainda que uma liderança indígena teria recebido R\$ 5 mil para autorizar a extração madeireira na área da aldeia. Os investigados serão indiciados por peculato, furto qualificado, usurpação de matéria-prima da União e organização criminosa.

O nome da operação remete à cidade de General Carneiro/MT, onde ocorreram os fatos investigados.

<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/05/pf-desarticula-grupo-criminoso-que-extraia-madeira-de-aldeia-indigena>

## **OPERAÇÃO NAMBIKWARA**

16/05/2017 - PF deflagra operação contra desmatamento ilegal em Mato Grosso

Cuiabá/MT – A Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (16) a Operação Nambikwara, visando desarticular associação criminosa envolvida na prática reiterada de desmatamento e comércio ilegal de madeira. A ação policial foi desencadeada na região de Comodoro (MT) e aldeias da Terra Indígena Nambikwara.

Cerca de 80 policiais federais cumprem oito mandados de prisão temporária, um mandado de prisão preventiva e 16 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal em Cáceres/MT.

As investigações apontam a participação de índios e alguns líderes de aldeias em um esquema no qual comerciantes madeireiros adquiriam o produto extraído ilegalmente do interior das áreas indígenas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) acompanha o cumprimento dos mandados.

Os presos serão indiciados pelos crimes de receptação, associação criminosa e por desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente.

<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/05/pf-deflagra-operacao-contra-desmatamento-ilegal-em-mato-grosso>

## **OPERAÇÃO TEMBÉ**

31/08/2017 - PF combate exploração ilegal de madeira no Pará

A Polícia Federal, em coloração com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e a Polícia Civil, do Pará, deflagrou nesta manhã (31) a Operação Tembé para cumprir seis mandados de busca e apreensão em Nova Esperança do Piriá, com a finalidade de encontrar elementos que comprovem delitos ligados à extração ilegal de madeira. De acordo com as investigações, foram identificados mais de seis mil metros cúbicos de madeira ilegal vindos da terra indígena Alto Rio Guamá.

<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/08/pf-combate-exploracao-ilegal-de-madeira-no-para>

## **OPERAÇÃO WARÃ**

21/09/2017 - Ibama e PF embargam 18 serrarias na divisa de MT e RO

Operação de combate à extração ilegal de madeira em terras indígenas realizada pelo Ibama em conjunto com a Polícia Federal (PF) nesta quinta-feira (21/09) resultou no embargo de 18 serrarias na divisa dos estados de Rondônia e Mato Grosso. Foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão em residências e empresas. Duas serrarias eram clandestinas.

Os agentes ambientais encontraram estoques de castanheira serrada (espécie cujo corte é proibido) e toras escondidas sob a serragem, com o objetivo de dificultar a fiscalização.

A Operação Warã investigou a inserção de madeira obtida de forma ilegal no Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais do estado de Mato Grosso (SISFLORA/MT). Extraídas das terras indígenas Zoró, Sete de Setembro e Igarapé Lourdes, as toras eram “esquentadas” por créditos gerados para outras áreas.

Além das multas, os investigados podem ser responsabilizados civil e criminalmente. Segundo a Lei de Crimes Ambientais (9.605/1998), a pena é agravada por se tratar de infração em terras indígenas.

“Todo o material apreendido será doado. O Ibama irá multar os responsáveis pelo roubo da madeira e pela fraude no Sisflora assim que a auditoria nas empresas for concluída”, disse a superintendente do Ibama em Mato Grosso, Livia Martins.

<https://amazonia.org.br/2017/09/ibama-e-pf-embargam-18-serrarias-na-divisa-de-mt-e-ro/>

## **OPERAÇÃO TENETEHARA**

30/08/2018 - PF desarticula esquema de extração ilegal de madeira em terra indígena no Pará

Uma Operação da Polícia Federal deflagrada nesta quinta-feira (30), no Pará, desarticulou esquema criminoso de extração e comércio ilegal de madeira proveniente de terra indígena Alto do Rio Guamá.

A operação Tenetehara cumpriu quatro mandados de prisão preventiva e cinco de busca e apreensão, nos municípios de Belém, Viseu e Santa Luzia do Pará.

Durante as investigações, foram localizadas quatro madeiras que operavam clandestinamente, retirando madeira de área federal e comercializando o produto em municípios do Pará, estados do Nordeste, além do Rio de Janeiro. De acordo com o delegado Rômulo Rodvalho, entre os presos, um era policial militar. Ele explica a atuação do PM no caso.

A Polícia Federal estima que, por mês, eram retirados da área, aproximadamente, 4 mil metros cúbicos de madeira, o que corresponde a cerca de R\$ 2,2 milhões. Os investigados vão responder, além dos crimes ambientais, pelos crimes de receptação qualificada, corrupção ativa e passiva, com pena máxima de até 12 anos de prisão.

<https://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2018-08/pf-desarticula-esquema-de-extracao-e-comercio-ilegal-de-madeira-em-terra>

## **OPERAÇÃO TEMBÉ II**

27/11/2018 - PF deflagra Operação Tembé II para combater extração ilegal de madeira

BELÉM/PA - A Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (27/11) a Operação Tembé II, com o objetivo de desarticular esquema criminoso de extração e comércio ilegal de madeira proveniente da Terra Indígena Alto do Rio Guamá.

Estão sendo cumpridos 34 mandados judiciais, sendo 10 mandados de prisão preventiva, 11 de busca e apreensão e 13 bloqueios de valores e sequestro de ativos financeiros, nos municípios de Belém, Paragominas e Nova Esperança do Piriá.

As investigações se iniciaram no segundo semestre de 2016, com o intuito de identificar responsáveis pela extração ilegal de madeira e desmatamento no interior da terra indígena. Foram localizadas 8 madeireiras na região que operavam clandestinamente, retirando, beneficiando e comercializando ilegalmente, madeira de área federal em municípios do Pará.

No período das investigações, também foi realizada fiscalização pela SEMAS, com o objetivo de apreender os produtos florestais extraídos e comercializados ilegalmente, auxiliando o trabalho investigativo em curso, com a identificação dos responsáveis e consumação da materialidade delitiva dos crimes.

Estima-se que, por mês, eram retirados da área, aproximadamente 6 mil metros cúbicos de madeira, o que representa em termos financeiros o montante de R\$ 6,4 milhões.

Os investigados responderão pelos crimes ambientais, receptação qualificada, corrupção ativa e passiva, com penas que podem chegar a 12 anos de reclusão.

A primeira fase da operação TEMBÉ foi realizada em 31/8/2017. Na ocasião, foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão no município de Nova Esperança do Piriá, com a finalidade de buscar elementos que demonstrassem o cometimento de delitos ligados à extração ilegal de madeira.

O nome da operação faz referência a uma tribo indígena que habita áreas dos estados do Pará e do Maranhão, nas regiões dos rios Gurupí, Capim e Guamá.

<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2018/11/pf-deflagra-operacao-tembe-ii-para-combater-extracao-ilegal-de-madeira>

## **OPERAÇÃO SOS KARIPUNA**

17/06/2019 - Operação SOS Karipuna investiga organizações criminosas que atuavam em terra indígena em Rondônia

A região da Reserva Ti Karipuna vem sofrendo com intensa atuação criminosa de madeireiros e grileiros, sendo constatado que 11 mil hectares já foram devastados em razão da atuação dos invasores.

Porto Velho/RO - A Polícia Federal iniciou a deflagração simultânea de duas operações policiais nesta manhã (17/06/2019), no bojo da ação denominada SOS Karipuna, com o objetivo de desarticular organizações criminosas instaladas na região da Terra indígena Karipuna, com ponto central de atuação no distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho/RO.

Os trabalhos são frutos de ações conjuntas com o Ministério Público Federal do Estado de Rondônia, através da Força Tarefa Amazônia, e com o Exército Brasileiro, no bojo da Operação Ajuricaba V, contando com o apoio essencial do IBAMA, FUNAI, Polícia Militar Ambiental/RO, Força Nacional de Segurança Pública, CENSIPAM e Receita Federal. Ações de fiscalização ambiental e assistência social também integram as operações supracitadas.

A Ti Karipuna é formada por uma área de proteção federal de 153 mil hectares, homologada em 1998, onde vivem cerca de cinco famílias remanescentes daquela etnia, totalizando aproximados de 35 silvícolas. Está localizada na porção noroeste do estado de Rondônia, dentro da faixa de fronteira, abrangendo os municípios de Porto Velho/RO e Nova Mamoré/RO. Nos últimos anos, a região vem sofrendo com intensa atuação criminosa de madeireiros e grileiros, sendo constatado que 11 mil hectares já foram devastados em razão da atuação dos invasores.

Em uma das operações, na qual se investiga o loteamento e comercialização ilegal de glebas no interior da Ti Karipuna, popularmente conhecida por “grilagem de terras”, estão sendo cumpridos 4 mandados de prisão temporária, 5 de prisão preventiva, 15 mandados de busca e apreensão, além de outras 22 medidas constritivas como quebras de sigilo bancário, suspensão das atividades e lacração de estabelecimentos, e sequestro de bens dos investigados até o valor de R\$ 46,09 milhões.

Nesta investigação restou demonstrado que um grupo se utilizava de uma associação e uma empresa de georreferenciamento para iludir supostos compradores de lotes no interior da TI KARIPUNA, com a falsa promessa de regularização dos terrenos junto aos órgãos responsáveis.

Os investigados responderão, na medida de sua participação, pelos crimes de estelionato (art. 171, CP), incitação ao crime (art. 286, CP), invasão de terras da União (art. 20, Lei nº 4.947/66), desmatamento ilegal (art. 50-A, Lei nº 9.605/98), bem como constituição e participação em organização criminosa (art. 2º, Lei nº 12.850/13), podendo ser condenados a penas superiores a 21 (vinte e um) anos de reclusão.

Na segunda operação, na qual se investiga esquema ilegal de obtenção de créditos virtuais para a comercialização de madeira extraída da TI KARIPUNA através do SISDOF, sistema de emissão de documento de origem florestal, estão sendo cumpridos 06 mandados de prisão preventiva e 21 mandados de busca e apreensão.

Dentre as diversas falsidades apuradas, constatou-se a sub-exploração dos Planos de Manejo, em especial aqueles homologados nas divisas de Terras Indígenas e de Unidades de Conservação, ou muito próximos a elas, a exemplo da TI KARIPUNAS.

Simplificadamente, as fraudes no Sistema DOF têm por objetivo principal “esquentar” créditos de produtos florestais, situação lhe dará o aspecto de regularidade, muito embora se tenha comprovado que as madeiras comercializadas tenham sido retiradas ilegalmente do interior da TI KARIPUNA, mediante a inserção de dados falsos no sistema do IBAMA.

Durante esta investigação, a Polícia Federal identificou a prática dos crimes de furto ilegal de madeira (art. 155, § 4º, CP), estelionato (art. 171, CP), receptação (art. 180, CP), falsificação e uso de documento falso (art. 297, 299, 304 e 307, CP), diversos crimes ambientais (Lei nº 9.605/98), lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98), crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90), além da constituição de organização criminosa (Lei nº 12.850/13), cujas penas máximas ultrapassam 60 (sessenta) anos de prisão.

No total, serão cumpridos 15 mandados de prisão e 34 de busca e apreensão, em ao menos quatro municípios de RO e um do MS, expedidos pela 5ª Vara da Justiça Federal de Porto Velho/RO.

As medida investigativas e judiciais também tem como objetivo coibir a continuidade do loteamento e desmatamento da TI, procedendo a prisão de grileiros e madeireiros ilegais, a apreensão e destruição (quando necessário) de máquinas e equipamentos que operem ilegalmente na reserva indígena, além da fiscalização de estoques madeireiros dos estabelecimentos comerciais, neutralização da rede de comunicações clandestina da ORCRIM e a realização de levantamentos periciais para determinar loteamentos irregulares e outros eventuais crimes ambientais ali flagrados.

Os presos, após interrogados, serão encaminhados para o sistema prisional estadual onde permanecerão à disposição da Justiça Federal.

<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/06/operacao-sos-karipuna-investiga-organizacoes-criminosas-que-atuavam-em-terra-indigena-em-rondonia>

## **OPERAÇÃO SOS KARIPUNA – 2ª FASE**

05/08/2019 - PF deflagra a segunda fase da Operação SOS Karipuna

PF desarticula organização criminosa dedicada à exploração ilegal de madeira em terra indígena

Porto Velho/RO - A Polícia Federal deflagrou na segunda-feira (5/8) a segunda fase da Operação SOS KARIPUNA, com o objetivo de prender os proprietários de fato das empresas investigadas, tidos como principais lideranças da organização criminosa, e outras pessoas responsáveis pelo esquema de desmatamento ilegal.

Trata-se da continuação das ações ostensivas iniciadas em 17 de junho de 2019, visando ao combate da organização criminosa dedicada à exploração ilegal de madeira do interior da Terra Indígena KARIPUNA.

Estão sendo cumpridos 4 mandados de prisão preventiva e 13 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 5ª Vara da Justiça Federal de Porto Velho/RO. Além dos mandados de busca e prisão, a Justiça Federal determinou o afastamento dos sigilos bancários e fiscais de vários envolvidos, além do bloqueio de valores superiores a R\$ 46 milhões, mensurado com base no valor dos danos causados à Terra Indígena.

As investigações apontam para a existência de um grupo de pessoas físicas e jurídicas, no Distrito de União Bandeirantes – Porto Velho/RO, envolvidas na inserção de dados falsos nos sistemas informatizados de controles de cadeia de exploração de produtos de origem florestal, com exploração ilegal de madeira no interior da Terra Indígena KARIPUNA.

A organização criminosa funciona com divisão de tarefas pertinentes a cada etapa da exploração de madeira in natura (em tora), por meio de derrubadas de árvores/toras advindas da TI KARIPUNA e transporte delas até os pátios e empresas/indústrias de beneficiamento para desdobro, com consequente comercialização para diversos lugares a partir do Distrito de União Bandeirantes, sendo sempre amparada por rede de comunicação criminosa.

Assim, as fraudes detectadas no SISDOF, com geração de saldos/créditos virtuais fictícios, eram realizadas para lastrear e subsidiar essas atividades.

A partir das análises dos depoimentos dos investigados e dos materiais apreendidos durante a deflagração da primeira fase da operação e da continuidade dos trabalhos investigativos em conjunto com a Força Tarefa Amazônia, do Ministério Público Federal de Porto Velho/RO, foi possível constatar que quase a totalidade das pessoas físicas integrantes dos quadros societários das empresas investigadas não teriam lastro financeiro para integralização de capital social nas empresas, o que indica que se tratam de terceiros utilizados apenas para a constituição das empresas (“laranjas”).

Os investigados responderão pelos crimes de furto qualificado, estelionato, receptação qualificada, quadrilha, uso de documento falso, desmatamento de floresta pública, invasão de terras públicas e lavagem de bens e capitais, cujas penas máximas ultrapassam 60 anos de prisão.

Os presos, após interrogados, serão encaminhados para o sistema prisional estadual em Porto Velho/RO, onde permanecerão à disposição da Justiça Federal.

<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/08/pf-deflagra-a-segunda-fase-da-operacao-sos-karipuna>

## **OPERAÇÃO YBYRÁ**

04/12/2019 – PF desarticula esquema de extração ilegal de aroeira em reserva indígena no Mato Grosso

Operação Ybyrá combate organização criminosa responsável pela prática de crimes ambientais na região da reserva indígena Sararé.

CÁCERES/MT - A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quarta-feira, 04/12, a operação Ibyrá, para combater a ação de uma organização criminosa que atuava no processo de extração ilegal de aroeira na região da Terra Indígena Sararé. A reserva fica localizada no município de Conquista D'Oeste-MT, a cerca de 538 km de Cuiabá/MT.

Cerca de 65 policiais federais cumprem 25 ordens judiciais expedidos pela Justiça Federal de Cáceres-MT, dentre as quais constam 12 mandados de prisão e 13 mandados de busca e apreensão nas cidades de Nova Lacerda/MT e Conquista D'Oeste/MT.

De acordo com o que foi apurado, a PF detectou a participação de lideranças indígenas na estrutura da organização, uma vez que os índios envolvidos permitiam a exploração da reserva em troca de pagamentos periódicos ou outros benefícios. Na operação estão sendo presos indígenas, madeireiros, e uma grande propriedade rural está sendo arrestada (apreendida judicialmente) por ter adquirida madeira oriunda da reserva indígena.

A investigação teve início no ano de 2017, a partir de uma prisão em flagrante realizada em uma ação de fiscalização de Terra Indígena. Tais fiscalizações visavam coibir a prática de crimes ambientais no interior das reservas e são coordenadas pela FUNAI, contando com o apoio do IBAMA e de forças policiais.

No período da investigação, foram apreendidas mais de 1200 lascas de aroeira avaliadas em mais de 50 mil reais. A operação visa também identificar outras pessoas responsáveis pela aquisição da aroeira, as quais serão indiciadas pelo crime ambiental e pela organização criminosa, bem como os imóveis serão apreendidos para ressarcimento ambiental. O foco da exploração ambiental investigada na operação foi a extração da aroeira, espécie que tem o corte proibido em floresta primária desde 1991, por uma portaria normativa expedida pelo IBAMA.

Os presos estão sendo conduzidos até a Delegacia de Polícia Federal, em Cáceres, onde serão ouvidos e encaminhados à cadeia local permanecendo à disposição da Justiça.

<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/12/pf-desarticula-esquema-de-extracao-ilegal-de-aroeira-em-reserva-indigena-no-mato-grosso>

## **OPERAÇÃO NA TERRA INDÍGENA SARARÉ**

04/12/2019 - PF deflagra operação de combate a crime ambiental

Entre os presos estão indígenas e madeireiros

A Polícia Federal deflagrou na manhã de hoje (4) uma operação para combater organização criminosa que atuava na extração ilegal de aroeira na região da Terra Indígena Sararé, no município de Conquista D'Oeste, Mato Grosso. O local fica cerca de 538 km da capital Cuiabá.

A investigação apontou a participação de lideranças indígenas na estrutura da organização. De acordo com a PF, os índios envolvidos permitiam a exploração da reserva em troca de pagamentos periódicos ou outros benefícios.

Cerca de 65 agentes cumprem 25 ordens judiciais, entre eles, 12 mandados de prisão e 13 mandados de busca e apreensão nas cidades de Nova Lacerda/MT e Conquista D'Oeste/MT. A ação inclui a prisão de indígenas e madeireiros.

"Os presos estão sendo conduzidos para a Delegacia de Polícia Federal em Cáceres onde serão ouvidos e encaminhados à cadeia local permanecendo à disposição da Justiça", informou em nota a assessoria da PF.

Policiais também apreenderam uma propriedade rural de grande extensão apontada como receptora da madeira da reserva indígena.

O foco da exploração ambiental investigada na operação foi a extração da aroeira, espécie que tem o corte proibido em floresta primária desde 1991 por uma portaria normativa expedida pelo IBAMA.

A investigação teve início em 2017, a partir de uma prisão em flagrante durante fiscalização de terra indígena para coibir a prática de crimes ambientais no interior das reservas.

No período da investigação foram apreendidas mais de 1200 lascas de aroeira avaliadas em mais de 50 mil reais. "A operação visa também identificar outras pessoas responsáveis pela aquisição da aroeira, as quais serão indiciadas pelo crime ambiental e pela organização criminosa, bem como os imóveis serão apreendidos para ressarcimento ambiental", acrescentou a PF.

Edição: Carolina Gonçalves

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/pf-deflagra-operacao-de-combate-crime-ambiental>

## **OPERAÇÃO NINAMETSA**

03/06/2020 - PF desarticula organização criminosa dedicada à extração e comercialização ilegal de madeira

Porto Velho/RO - A Polícia Federal deflagrou nesta quarta-feira (3/6) a denominada OPERAÇÃO NINAMETSA, visando a desarticulação da organização criminosa dedicada à extração e comercialização ilegal de madeira e transferências de créditos virtuais pelo sistema oficial do IBAMA, conhecido como SISDOF.

Estão sendo cumpridos 15 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de bloqueio e sequestro de bens, todos expedidos pela 3ª Vara da Justiça Federal em Porto Velho/RO, nas cidades de Ariquemes/RO e Porto Velho/RO, nos distritos de Extrema/RO e Candeias do Jamari/RO.

As investigações iniciaram a partir de denúncias e relatórios de fiscalização dos órgãos ambientais, além de informações obtidas e compartilhadas no âmbito de operações anteriores (Deforest 1 e 2), relatando a prática reiterada da extração ilegal de madeira de áreas de preservação na Ponta do Abunã, em especial da Terra Indígena Kaxarari.

A partir da notícia crime encaminhada à Polícia Federal, foi possível a identificação de pessoas físicas, madeireiros, interpostas pessoas e toreiros, bem como pessoas jurídicas (madeireiras), que criaram uma estrutura criminosa para a retirada ilegal de madeira, falsificação de créditos florestais e lavagem de dinheiro decorrente dessas infrações.

Durante as investigações da Operação Ninametsa, constatou-se que os produtos florestais beneficiados por serrarias situadas no distrito de Extrema/RO vinham, em sua maioria, de áreas ambientalmente protegidas,

localizadas na região da tríplice divisa dos estados de AM, AC e RO. Depois de beneficiadas, as madeiras extraídas ilegalmente eram comercializadas para o consumidor final, baseadas em DOF's que continham informações falsas acerca de sua origem.

Os indiciados serão interrogados e responderão, na medida de sua participação, pelos crimes de organização criminosa, extração ilegal de madeira, falsidade ideológica, inserção de dados falsos e lavagem de capitais.

O nome da Operação Ninametsa tem origem na língua indígena karaxarí e significa “bosque/mata” em português.

<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2020/06-noticias-de-junho-de-2020/pf-desarticula-organizacao-criminosa-dedicada-a-extracao-e-comercializacao-ilegal-de-madeira>